

## Recomendação n.º 55

### **Ordenamento do Espaço Marítimo das Regiões Ultraperiféricas**

Os Planos de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEMs) são instrumentos essenciais para a gestão e utilização sustentável das áreas marítimas dos Estados-Membros da União Europeia (UE). Estes planos, têm como objetivo coordenar as diversas atividades que ocorrem no espaço marítimo, tais como, por exemplo: a pesca, a conservação ambiental e a produção de energia, de modo a promover um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a proteção dos ecossistemas marinhos. A responsabilidade pela elaboração e implementação dos POEMs recai sobre os Estados-Membros, que devem assegurar que estes planos respondem às necessidades específicas das suas regiões e comunidades, respeitando as diretrizes da UE. No nosso caso, os Estados-Membros relevantes são Portugal, França e Espanha.

Nas Regiões Ultraperiféricas (RUPs): *Saint-Martin, Guadeloupe, Martinique, Guyane Française, Açores, Madeira, Canarias, Mayotte e La Réunion*, a implementação dos POEMs apresenta desafios únicos. As nossas regiões, devido à sua localização geográfica e características socioeconómicas, dependem fortemente da pesca como uma atividade tradicional e vital para o sustento das suas comunidades. No entanto, as políticas de ordenamento do espaço marítimo e, em especial, a criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs), podem ter um impacto significativo na viabilidade da pesca dos nossos territórios, levantando preocupações sobre a proteção dos direitos dos pescadores e aquacultores e a sustentabilidade das comunidades costeiras.

Considerando que o termo “sustentabilidade” é entendido como “a capacidade de satisfazer as nossas necessidades no presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”<sup>1</sup>, é essencial que as políticas da UE e dos Estados-membros promovam um equilíbrio entre a proteção ambiental e a viabilidade económica do setor pesqueiro das RUPs, assegurando que os pescadores artesanais mantêm os seus meios de subsistência. Para tal, é importante que se disponibilizem compensações e apoios financeiros adequados, permitindo que os pescadores continuem suas atividades de forma sustentável e garantindo que as decisões de conservação marinha sejam justas e equitativas.

---

<sup>1</sup> [Business Council for Sustainable Development](#)

## Ilhas Canárias

Em Espanha, os POEMs são da responsabilidade do Ministério para a Transição Ecológica e o Desafio Demográfico (*Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico*) nos quais foram reservados espaços para a Armada, Lugares de Interesse Comunitário (LICs), Zonas Especiais de Proteção para as Aves (ZEPAs) e Transporte Marítimo, mas não para a Pesca, com a justificação de que a pesca, por ser uma atividade ubíqua, não poderia ter um espaço reservado. Contudo, as ações acima mencionadas resultaram na ocupação de áreas tradicionalmente usadas para a pesca.

Considerando que, a principal preocupação se relaciona com a instalação de parques de energia eólica marinha ao largo (*offshore*), que ainda é uma atividade em desenvolvimento e cujo primeiro projeto em Espanha está previsto para as Canárias, é fundamental encontrar formas de conciliar as atividades de pesca e da energia eólica marinha, no respetivo POEM. Considerando também, que a pesca e a aquicultura europeias, são responsáveis pelo consumo de 30% de pescado na UE, enquanto os restantes 70% são importados de países terceiros (que não seguem as rigorosas normas ambientais, sociais ou económicas europeias), é crucial reconhecer que a pesca na UE não é apenas uma atividade económica: ser pescador artesanal é também um estilo de vida, profundamente ligado às tradições e ao saber fazer das comunidades costeiras. No entanto, a dependência de importações, coloca em risco este modo de vida e as comunidades que dele dependem.

Considerando ainda que, a instalação do parque eólico marinho de Viana do Castelo (Portugal), causou prejuízos significativos aos pescadores locais, este caso deve servir como um alerta importante, para a necessidade de avaliar cuidadosamente os impactes da implementação de parques eólicos marinhos, em áreas tradicionalmente utilizadas pela pesca, ainda durante a fase de planeamento e estudo.

Notamos ainda, para a importância dos POEM considerarem não só a superfície ocupada pelas estruturas eólicas marinhas, mas também a superfície ocupada pelos cabos que os ligam a terra, uma vez que esta última área será também uma zona de exclusão de pesca e onde a emissão de eletromagnetismo poderá ser muito significativa.

Considerando ainda os problemas de segurança relacionados com os parques eólicos marinhos, nomeadamente os riscos de colisão de embarcações com as estruturas, **o CCRUP recomenda ao Estado-Membro Espanhol:**

- 1. que o planeamento e a instalação desses parques eólicos sejam realizados com a máxima cautela, envolvendo a escuta ativa e consequente, das comunidades locais, dos pescadores e dos especialistas na área.**
- 2. que tenha em conta as considerações acima, ao planear e autorizar a implantação de parques eólicos nas Canárias, garantindo que as necessidades e os direitos das comunidades pesqueiras são devidamente protegidos e priorizados.**

#### Regiões Ultraperiféricas francesas

Considerando os desafios enfrentados no planeamento dos espaços marítimos da França continental, é preocupante que a revisão da Estratégia Nacional do Mar e do Litoral aborde muito pouco, ou quase nada, as suas RUPs. Desconhecemos estudos específicos sobre os obstáculos enfrentados pelos pescadores das RUPs relativamente a este assunto, mas sabem-se já constrangimentos que advêm da aplicação dos POEMs na França continental, e que podem eventualmente reproduzir-se nas RUPs.

Assim, **o CCRUP recomenda que o Estado-Membro Francês assegure que as suas RUPs sejam cuidadosamente e criteriosamente contempladas na estratégia nacional**, utilizando a experiência continental como alerta, **para desenvolver metodologias específicas e ferramentas adequadas de forma a proteger a pesca das RUPs** antes que esses mesmos desafios se manifestem, com consequências catastróficas.

As RUPs francesas enfrentam problemas significativos devido às políticas da UE relativas à pesca e à criação de AMPs, pouco adaptadas à realidade destes territórios. Ou seja, a alta dependência da UE em relação à importação de pescado, contrasta com as severas restrições impostas às atividades pesqueiras das RUPs. Além disso, as zonas protegidas, nomeadamente a reserva natural da ilha do *Grand-Connétable* e a reserva natural de Amana, na Guyana Francesa, onde a pesca é proibida às embarcações europeias, são frequentemente violadas por práticas de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), colocando em causa a eficácia destas políticas de proteção.

Devemos destacar que nestas RUPs, as políticas frequentemente não são adequadas às realidades locais, como se observa na imposição do "documento estratégico

da bacia marítima" (DSBM) pela França, que desconsidera as particularidades das nossas regiões.

**Assim, o CCRUP recomenda ao Estado-Membro Francês e à UE que as políticas existentes sejam revistas, para garantir que sejam adaptadas às especificidades locais, nomeadamente dos europeus que vivem nas RUPs, incluindo o reforço da fiscalização contra a pesca INN e a implementação de um sistema de monitorização contínua das AMPs.**

### Açores

Nos Açores, o processo de criação das AMPs e dos POEMs tem enfrentado desafios significativos. Houve uma consulta pública para todos os açorianos interessados se pronunciarem sobre o ordenamento do espaço marítimo da região, que terminou dia 28 de abril de 2024, tendo como objetivo envolver a comunidade local na definição das suas AMP. Esta consulta revelou-se pouco consensual, deixando várias ilhas com restrições pouco fundamentadas à atividade pesqueira. Esse processo, gera preocupação junto dos pescadores, e estes consideram o seu futuro profissional pouco sustentável em termos sociais e económicos.

A implementação das AMPs, em especial dos 15% de AMP "totalmente protegidas", pode resultar na perda de até 30% das áreas de pesca nos Açores. Essa redução levará a que a sobrepesca nas áreas restantes se intensifique, comprometendo a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos. Considerando que ainda não há recursos financeiros adequados para apoiar os pescadores neste processo de reajuste da frota, o setor pesqueiro açoriano encontra-se numa situação de vulnerabilidade, sem o suporte necessário para mitigar os impactos negativos da implementação das AMPs. **O CCRUP recomenda que a Comissão Europeia e o Estado-Membro Português aloquem recursos financeiros adequados, de forma proporcional às medidas implementadas,** para apoiar o setor pesqueiro no seu processo de ajustamento, garantindo a sustentabilidade das pescas nos Açores.

Além disso, há uma disparidade na implementação das AMPs nas RUPs portuguesas e em Portugal continental, com os Açores a serem particularmente afetados pela maior concentração de áreas protegidas, sabendo que, apesar da grande Zona Económica Exclusiva (ZEE), apenas 1% das suas águas corresponde a zonas de pesca.

Assim, **o CCRUP recomenda ao Estado-Membro Português que a criação das AMPs e a implementação dos POEMs nos Açores sejam baseadas em estudos científicos robustos**, garantindo que as decisões tomadas sejam fundamentadas em dados precisos e contemplem a sustentabilidade do setor pesqueiro. Além disso, **é fundamental que sejam alocadas verbas específicas no orçamento nacional de Portugal, para compensar os pescadores afetados pela redução das áreas de pesca**. Essas compensações são essenciais para apoiar o setor pesqueiro, durante o processo de adaptação.

**Recomendamos ainda que o processo de implementação de AMPs nas RUPs seja gradual e participativo**, permitindo que as medidas de proteção ambiental, sejam introduzidas de forma que não prejudiquem os pescadores locais, devendo-se garantir a sua estabilidade financeira e social.

#### Madeira

Os pescadores da Madeira enfrentam desafios significativos devido à criação da AMP das Ilhas Selvagens, que proíbe qualquer atividade de pesca num raio de doze milhas ao redor dessas ilhas. Esta decisão, tomada sem a devida consulta aos pescadores locais, dizem ter sido baseada em estudos científicos e pareceres jurídicos. No entanto, a implementação desta AMP tem um impacto negativo direto sobre o setor pesqueiro local, reduzindo significativamente as áreas disponíveis para a pesca, nomeadamente de espécies migratórias como o atum. Com quotas limitadas e a diminuição das zonas de pesca, muitos armadores e pescadores encontram-se em situação insustentável, com embarcações paradas e sem alternativas viáveis de trabalho. A falta de consideração pelas particularidades da pesca artesanal e sazonal da Madeira, bem como a ausência de um diálogo prévio com as partes interessadas do setor, agravaram a crise que já vinha a ser enfrentada pelos pescadores. Além disso, a criação da AMP nas Ilhas Selvagens não tem em consideração as características migratórias de espécies como o atum, sendo que a proteção total desta área não traz os benefícios espectáveis de aumento de biomassa.

Assim, **o CCRUP recomenda que o Estado-Membro Português reconsidere a proibição total de pesca na AMP das Ilhas Selvagens**, especialmente para embarcações que praticam métodos de pesca seletivos e sustentáveis, como o salto e vara. Propomos que se aplique uma estratégia semelhante à utilizada nas reservas naturais regionais, como o Ilhéu das Formigas (situado a norte da ilha de Santa Maria, Açores) ou o Banco do

Condor (monte submarino localizado a 17 km a sudoeste da ilha do Faial, Açores), onde são emitidas licenças específicas para determinadas embarcações. **Recomendamos ao Estado-Membro Português, mais uma vez, que a criação de AMPs seja baseada em estudos científicos robustos, que comprovem a sua eficácia, especialmente em áreas onde o fecho das mesmas pode não ser a melhor solução, para a gestão dos recursos marinhos, como é o caso das espécies migratórias.**

É fundamental lembrar que as restrições e reduções de quotas não afetam exclusivamente os pescadores, mas impactam toda a cadeia de valor associada ao setor, incluindo trabalhadores das lotas, indústrias de transformação de pescado e outras atividades relacionadas, bem como o consumidor final, o que torna ainda mais imperativa a consideração das necessidades e desafios enfrentados por todas as partes envolvidas. Assim, o CCRUP recomenda ao Estado-Membro Português a implementação de um sistema de monitoração contínuo das AMPs para avaliar sua eficácia na proteção das espécies e para permitir ajustes nas restrições impostas, conforme necessário, sem prejudicar indevidamente as atividades pesqueiras tradicionais e sustentáveis.

**O CCRUP recomenda aos Estados-Membros que tomem em conta as considerações acima ao planear e autorizar a implantação de AMPs e parques eólicos marinhos nas suas RUPs, garantindo que as necessidades e os direitos das comunidades pesqueiras são devidamente protegidos e priorizados.**